

Extensão universitária, política institucional e inclusão social

Edison José Corrêa*

Resumo: O artigo apresenta o conceito atual de extensão universitária definido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e analisa as demais visões de extensão, como a assistencialista e a prestadora de serviços. Aborda questões que caracterizam a extensão, como hoje é entendida pelo Fórum: a relação social de impacto entre universidade e outros setores da sociedade; a bilateralidade; a interdisciplinaridade; a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Defende, ao concluir, a tese de que tais questões devem estar em sincronia com os sistemas de desenvolvimento e de gestão de extensão.

Palavras-chave: extensão universitária

Abstract: The article presents the current concept of university extension, as it is defined by the Pro-Rectors for Extension belonging to the Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, and it analyses the other visions of extension, such as the assistance and the subcontracted work. It deals with matters that characterize the extension, as the Forum presently sees it: the impacting social relation between the university and the sectors of the society; the bilateralism; the interdisciplinary and the teaching-research-extension indissociability. It states, at the end, a thesis that these matters must be in harmony with the developing and managing systems for extension.

Keywords: university extension

Resumen: el artículo presenta el concepto actual de extensión universitaria, definido por el Forum de Pro-Rectores de Extensión de las Universidades Públicas Brasileiras, y analiza las demás visiones de extensión, como la asistencialista y la prestadora de servicios. Aborda cuestiones que caracterizan la extensión, como hoy es entendida por el Forum: la relación social de impacto entre Universidad y otros sectores de la sociedad; la bilateralidad; la interdisciplinaridad; la indissociabilidad enseñanza-investigación-extensión. Defiende, al concluir, la tesis de que tales gestiones deben estar en sincronía con los sistemas de desenvolvimiento y de gestión de extensión.

Palabras claves: extensión universitaria

* Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Presidente do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Está expresso no Plano Nacional de Extensão (1999) o marco conceitual de que a “extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade”. Esse conceito tem sido apresentado pelo conjunto dos dirigentes da extensão universitária brasileira como uma referência que, mais do que um conceito acabado, deve ser entendida em um movimento de reflexão e re-elaboração, face a questionamentos e novas concepções que apontam e reforçam caminhos e entendimentos ainda correntes na sociedade, vistos como percepções a serem superadas.

Colocada a questão do “equivoco da extensão”— no qual a extensão só teria razão de permanecer na presença de uma pesquisa alienada e de um ensino alienante, reafirmada a prescrição constitucional da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, entendida a missão social da universidade na sua integralidade institucional e considerada a necessária superação de uma presença elitista e hegemônica da universidade, resguardada em seus muros e “torres de marfim”, talvez se possa dizer hoje que a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que, articulada com o ensino e a pesquisa de forma indissociável, amplia a relação transformadora entre a universidade e os outros setores da sociedade.

Entre as percepções a serem rediscutidas e superadas está a visão da extensão como “repassadora à sociedade do conhecimento gerado na universidade”, ou como, de certa forma, “o setor que responde por uma prática social”, dirigida a áreas marginais da sociedade, fazendo cumprir a “responsabilidade social da universidade”, visões das quais nascem as relações unidirecionais, a prática assistencialista e até uma certa filantropia acadêmica, ou mesmo a visão da extensão como a vitrine e a validação social da universidade. Mais recentemente é incluída no debate a questão da prestação de serviços, especialmente na articulação com os setores de inovação tecnológica e os de gestão do desenvolvimento do setor produtivo, bem como na oferta de cursos pagos. Se vinculadas a uma extensão essencialmente captadora de recursos extras para a universidade, possivelmente reforçada por baixas condições salariais e de aportes orçamentários restritos, conflita com a concepção da extensão, e da universidade, compromissada com os mais prementes problemas mundiais, nacionais, regionais e locais.

Ao passo dessas discussões, originaram-se de uma elaboração e aprovação coletiva, coordenada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, três publicações básicas: Plano Nacional de Extensão Universitária, Sistema de Dados e Informações da Extensão e Avaliação Nacional da

Extensão. Mesmo com atualizações que vão se tornando necessárias, são documentos básicos e essenciais para a extensão universitária brasileira, enquanto construção conceitual e instrumentalização da ação política pactuada no Fórum de Pró-Reitores. Seja na vertente da institucionalização da extensão ou na relação de impacto com os outros setores da sociedade, essas publicações norteiam diretrizes que permitem, em cada universidade, formalizar uma política de extensão nos ordenamentos jurídicos e regimentais e nos instrumentos institucionais de gestão. Da mesma forma, sistematizam as ações de extensão, colocando a organização administrativa a serviço da indução e implementação de uma política institucional.

Como um conjunto — que deve ser de conhecimento e de referência para todos que lidam com a extensão, desde participantes dos projetos, coordenadores, gestores intermediários e equipe das pró-reitorias — o marco “conceito da extensão” se complementa com “diretrizes” que podem ser agrupadas, didaticamente, em quatro perspectivas segundo as quais toda e qualquer ação de extensão deve ser orientada: a relação social de impacto, a bilateralidade, a interdisciplinaridade e a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.

A **relação social de impacto** entre universidade e outros setores da sociedade deve ser, antes de qualquer outra intenção, transformadora, ou seja, instrumento de mudança em busca de melhoria da qualidade de vida. A atuação haverá de ser deliberada, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população, aliada a movimentos sociais de superação de desigualdades e exclusão e implementadora do desenvolvimento regional e de políticas públicas.

A **bilateralidade** deve ser uma das características da relação com os outros setores da sociedade, em que a universidade há de construir uma associação não hegemônica (mas de interação com grupos sociais), bidirecional (de mão-dupla, de troca de saberes — popular e acadêmico), aplicando metodologias participativas e favorecendo, como consequência, a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade.

A **interdisciplinaridade** pode ser caracterizada como interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologias, buscando uma consistência teórica e operacional que estruture o trabalho dos atores do processo de extensão. Frente à complexidade e dimensão das questões a serem abordadas, a interdisciplinaridade se impõe como diretriz básica desse processo. A prática dessa interdisciplinaridade e da interação com outros setores sociais conduz à interprofissionalidade e à interinstitucionalidade. E, ainda, a uma das mais difi-

ceis questões que a prática coloca no dia a dia, o desenvolvimento das relações interpessoais. Assim, a interação de modelos, conceitos, materiais e metodologias é construída na interação e inter-relação de instituições, profissionais e pessoas.

A **indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão** reafirma a extensão como processo acadêmico e lhe justifica o adjetivo **universitária**: a princípio, nenhuma ação de extensão pode estar desvinculada do processo de formação e da geração de conhecimento. A participação do aluno nas atividades de extensão será mandatória, parte essencial de sua formação técnica e cidadã. Da mesma forma, são indissociáveis da extensão a investigação e a difusão de novos conhecimentos e o avanço conceitual.

Em relação ao ensino, a extensão pode trazer uma rica experiência acumulada: o deslocamento do eixo pedagógico clássico professor-aluno para o eixo aluno-comunidade, com um novo conceito de sala de aula; com a atuação do professor como co-participante, orientador, educador, tutor, pedagogo; e com a ampliação do conceito de educador - por atuar em rede social - para o de uma rede de educadores. Na gestão do processo educacional, a extensão pode ainda dar valor relativo a normas como **carga horária**, **grade curricular**, **controle acadêmico**, **verificação** de frequência e de rendimento escolar, **avaliação formal** por provas e trabalhos escolares, por valorizar mais os processos qualitativos e tomar a avaliação como processo prospectivo e formativo.

Aspecto fundamental a ser inovado e desenvolvido é a abertura dos projetos e ações de extensão à participação de um número grande de estudantes em um processo de flexibilização na formação acadêmica, com a devida integralização de créditos curriculares. Para tanto, torna-se necessária a implementação de um plano didático-pedagógico em cada programa ou projeto de extensão, contemplando, entre outros aspectos, o estudo de bibliografia mínima, a orientação docente e a avaliação. Processos de avaliação objetivos, como elaboração de instrumentos didáticos, preparação de monografias, textos, artigos e comunicações deverão ser atividades-meio no processo formativo e de construção da crítica e da memória das ações. Processos de avaliação subjetivos, baseados no interesse, assiduidade, dedicação, ética, auto-avaliação, desenvolvimento de potencialidades de liderança - especialmente dos alunos-monitores - deverão ser didaticamente desenvolvidos. A avaliação acadêmica deverá também estar articulada ao cumprimento de objetivos do programa ou projeto e à avaliação externa. Desse processo é parte essencial, em um sistema de avaliação permanente, a avaliação externa, na qual se inclui o controle social.

Em relação à pesquisa, especial atenção deve ser dada à produção do conhecimento na inter-relação universidade-comunidade, com aplicação de metodologias participativas, e à criação de processos e instrumentos, inovadores e replicáveis, que instrumentalizem avanços nas práticas sociais, culturais e tecnológicas. A difusão do conhecimento gerado deverá creditar eticamente todos os envolvidos, inclusive os participantes externos à universidade.

Uma atuação de impacto e transformadora da universidade demanda que a abordagem dos problemas da comunidade seja feita segundo uma visão abrangente da realidade social na qual está inserida, relacionando a particularidade desses problemas à complexidade das relações socio-econômicas e políticas. Ademais, não deve ser substitutiva à responsabilidade de ação dos gestores de políticas públicas e das organizações sociais, mas parceira e contratual.

Possivelmente, a extensão deve superar a cultura de projetos pontuais e desarticulados, não vinculados a programas e de pequena contribuição conceitual ou de pouca contribuição à transformação e à inclusão social. Do ponto de vista da atuação deliberada e planejada, deve atuar segundo linhas programáticas estratégicas, representadas por programas de extensão que nucleiem projetos e outras ações (cursos, eventos, prestação de serviços, elaboração e difusão de produtos), segundo a diretriz da interdisciplinaridade, interprofissionalidade e interinstitucionalidade, integrados aos programas de formação e de pesquisa.

Todos os aspectos abordados anteriormente deverão estar em sincronia com os sistemas de desenvolvimento e de gestão da extensão, quais sejam: institucionalização e organização, banco de dados e sistema nacional de informações, sistema de avaliação da extensão, flexibilização curricular e outros, os quais devem ser entendidos como instrumentos para a política de extensão. Essa se articula nas universidades com as políticas de infra-estrutura e financiamento, sistema universitário, autonomia universitária, avaliação do desempenho da universidade, qualidade acadêmica, compromisso social e inclusão social.

Inserida no seu tempo e espaço, em sua indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, a extensão universitária poderá contribuir e participar significativamente em processos de desenvolvimento regional e nacional, de construção das políticas públicas, do sistema social, dos direitos humanos, da democracia, da vida e da paz.

Bibliografia

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, UESC, 2001. (Coleção extensão universitária, v. 1).

_____. **Sistema de dados e informações: base operacional de acordo com o Plano Nacional de Extensão.** Rio de Janeiro: UERJ/NAPE, 2001. (Coleção extensão universitária, v. 2)

_____. **Avaliação da extensão universitária.** Brasília: MEC/SESu, 2002. (Coleção extensão universitária, v. 3)

BOTOMÉ, S.P. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da Extensão Universitária.** Petrópolis: Vozes; São Carlos: Ed. da Universidade Federal de São Carlos; Caxias do Sul: Ed. da Universidade de Caxias do Sul, 1996.

DEMO, Pedro. Lugar da extensão. In: FARIA, Dóris Santos (Org). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina.** Brasília: UnB, 2001.p.141-158

NOGUEIRA M. D. P. org. **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas: documentos básicos do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987-2000.** Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2000.

SANTOS Boaventura de Souza. Da idéia de universidade à universidade de idéias. In: _____. **Pela mão de Alice: o político e o social na pós-modernidade.** 7 ed. – São Paulo: Cortez, 2000. Cap. 8, p. 187-233.